



TEMA EM DISCUSSÃO: O novo salário-mínimo

NOSSA OPINIÃO

Recomposição

O consumo aumentou acentuadamente nos últimos três anos, principalmente nas faixas de renda mais baixa da população. Contrariando todos os prognósticos pessimistas, o real evoluiu o poder aquisitivo dos brasileiros, fazendo com que milhões de famílias antes consideradas pobres subsissem, segundo o critério de produtos adquiridos, para a classe média. No Rio de Janeiro, até recentemente um estado em decadência econômica, a classe média chegou a crescer 10 pontos percentuais sobre o total da população.

Essa recuperação não excluiu quem tem rendimentos indexados ao salário-mínimo. Antes do real, devido à corrosão inflacionária, a média anual do salário-mínimo ficava em torno de US\$ 50 mensais. Agora, o mínimo tem sido mantido acima de US\$ 100, meta almejada ainda a fio por líderes sindicais de diferentes correntes. No setor privado, os trabalhadores que recebiam abaixo do mínimo (a maioria no Norte/Nordeste) estão se aproximando desse valor, e diminuiu o número dos

que ganhavam o piso salarial: tiveram aumento salarial ou conseguiram outras fontes de renda. Assim, no setor privado, a recuperação da economia e a nova política salarial vão fazendo com que o mínimo perca importância.

... aos poucos,
o mínimo vai
recuperando o
poder de
compra

A situação é outra no setor público. A Previdência Social é a instituição que mais paga salário-mínimo no país. Como o sistema previdenciário é deficitário, e até agora não saiu do Congresso a reforma capaz de equilibrar suas finanças, existe impossibilidade aritmética de aumentos reais expressivos para o mínimo. O mesmo acontece em estados e municípios. Os que pagam o mínimo, além de fortemente deficitários, já comprometem com folha de pessoal mais do que o limite constitucional de 60% de suas receitas disponíveis.

Por tudo isso, se o reajuste deste ano foi modesto, é certo que aos poucos o mínimo vai recuperando o poder de compra. E o aumento, se as contas forem feitas com realismo, foi do montante que as circunstâncias permitam, nem um centavo a mais, nem um centavo a menos.

OUTRA OPINIÃO

Não vai fazer falta?

JORGE BITTAR

O reajuste de R\$ 8 para o salário-mínimo só não sou boato ou brincadeira, porque foi anunciado em cadeia nacional de rádio e televisão pelo ministro da Fazenda. Já de início, é inadmissível que este aumento — de apenas 7,14% — perca para a inflação acumulada no último ano. Um mínimo tão irrisório — “salta” de R\$ 112 para R\$ 120 — que mal dá para comprar a cesta básica simples para uma família pequena, que, de acordo com o Dieese, custa R\$ 113, quanto mais para os gastos totais de uma família.

Nem é preciso lembrar que o valor do reajuste também ficou abaixo do aumento do frango — alimento que ganhou fama de mais popular dos últimos tempos — dos reajustes dos alugueis e tarifas de transportes e do aumento dos preços de material escolar. Lamentavelmente, o Governo, que é tão zeloso com a Constituição quando se trata de seus interesses, não a cumpre quando as leis se referem aos direitos do trabalhador. No artigo 7º, inciso IV, a Constituição federal estabelece que o salário-mínimo tem que atender às necessidades básicas do trabalhador e de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.

Para justificar esta atitude sovina, o Governo alega que se oferecer aumento maior irá desequilibrar as suas contas, com reflexos nos cofres estaduais e municipais. Ora, este mesmo Governo tem subtraído grande parcela dos recursos transferidos para municípios destinando-a para o Fundo de Estabilização Fiscal.

Além disso, o Governo mostra-se bastante generoso quando se trata de resolver problemas de banqueiros, como o que ocorreu com a “operação salvamento” do Bamerindus. Na ocasião, o banqueiro e amigo do presidente FH, José

O problema
não é
propriamente
de falta de
recursos

lidades administrativas. Nesta mesma linha de generosidade está o Proer — criado para proteger bancos em dificuldades financeiras — que destinou muitos bilhões de reais do Tesouro ao Banco Econômico e ao Banco Nacional. Como se vê, o problema não é propriamente de falta de recursos. O que falta é definir prioridades.

É óbvio que, com este reajuste, nada mudou em termos internacionais: o Brasil continua entre os países que pagam os menores salários-mínimos do mundo. Se nos restringirmos aos países vizinhos que integram o Mercosul, o Brasil fica com a humilhante marca de ser o “lanterna” na Argentina, o valor é de R\$ 200; no Uruguai, R\$ 160; e no Paraguai, R\$ 145.

É inadmissível que, no final do século XX, quando economistas do Governo só falam em globalização, o Brasil continue pagando salários miseráveis. Só resta agora o Governo querer convencer o trabalhador de que esse é o único valor de salário-mínimo capaz de garantir o equilíbrio de nossa economia. Do jeito que vai não será de se estranhar que algum desavisado venha a perguntar: será que esses R\$ 8 não vão fazer falta para o Governo ou para os empresários?

Um aumento real do salário-mínimo (não um aumento astronômico) contribuiria para ativar a economia, já que elevaria o poder de compra, aumentaria a produção das indústrias e geraria mais emprego. Assim, o Brasil poderia caminhar em direção de um verdadeiro mercado interno de consumo de massas.

Porém, só uma ampla mobilização dos trabalhadores assalariados, da economia informal e da população brasileira em geral poderá fazer com que temas sociais — como o salário-mínimo — voltem a ser preocupação do Governo. Exemplo disso está no Movimento dos Sem-Terra que conseguiu que — entre um empresário e outro — o presidente da República atendesse às lideiras do campo e inserisse a luta da refor-

CARTAS DOS LEITORES

Dados essenciais

Até o momento nenhum meio de comunicação no meu país esclareceu a opinião pública dos dados essenciais à compreensão do processo judicial em que um juiz do Maranhão mandou o Banco do Brasil pagar R\$ 255 milhões de indenização a um correntista que teve um cheque devolvido pelo banco. O mais importante, para que possamos analisar a conduta do juiz, é saber qual o valor da indenização estabelecida em sua sentença, já que, ao que parece, o valor de R\$ 255 milhões foi resultante de cálculos de atualização monetária de um valor inicial estabelecido na sentença. Se isto for verdade, pode ter havido um erro do contador judicial não percebido pelo juiz, que teria homologado os cálculos mesmo assim. O Juiz poderia ter sido apenas negligente mas não completamente irresponsável como seria se, de fato, tivesse ele próprio estipulado aquela astronômica indenização. Outro dado importante é saber se a sentença do contador definitiva ou se o Banco do Brasil recorreu, como a lei permite. Se não houve recurso, advogados do banco podem ter sido negligentes ou até coniventes. O caso é semelhante ao processo que investigou a máfia da Previdência aqui no Rio de Janeiro. Naquele caso, o juiz, hoje preso e condenado, homologou cálculos milionários. Mas ele não foi o único culpado, pois fraudes como estas não são possíveis de serem cometidas por uma só pessoa. Assim, também foram condenados os advogados dos pensionistas, os próprios pensionistas, contadores judiciais etc. No caso do Maranhão, a falta dos dados acima referidos impede a nós, cidadãos e autoridades da Justiça, que façamos um julgamento correto e idôneo sobre o mesmo.

RICARDO ZOUERIN
(6/05), Rio

Financiamentos

O Governo anunciou (3/05) um aumento na alíquota do imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidente sobre as operações de crédito a pessoas físicas. A alíquota passará de 6% a 15% ao ano. O Governo quer conter o crescimento do consumo e, com o aumento daquela alíquota, pretende dificultar o acesso ao crédito. A medida, que vale para operações de financiamento de bens, crédito pessoal, saldo devedor de cartões de crédito e cheque especial, torna-se mais dura principalmente para quem utiliza o cheque especial para honrar responsabilidades como IPTU, cota de condomínio, IPTA, seguro de automóvel e cota do Imposto de Renda. Sem um ganho de correção salarial, a despesa com o orçamento familiar extrapola. As dívidas nos cartões de crédito e nos cheques especiais dificilmente serão sanadas e o tomador dos créditos terá de acrescentar ao seu rol de obrigações os juros vindicos junto aos bancos.

MÁRIO DE MACEDO CRISTINO
(3/05), Rio

Estabilidade

Em tempos de constantes reformas em nossa Lei Maior, pela ótica do administrador salta-lhe aos olhos o casuismo político que está implícito nas reformas administrativas, notadamente a estabilidade. O servidor goza de estabilidade que é inerente aos serviços que presta ao ente estatal, de modo que foi um direito conquistado por lei e precedido de concurso público. A discricionariedade que passará a ter o governante a fim de demitir um servidor aumentará ainda mais quando se condiciona que ele poderá ser demitido quando os dispêndios públicos ultrapassarem 60% do seu orçamento, isto sem mencionar o critério que se adotaria para tal medida, valendo dizer que não agrada a todos. A cada conveniência que se achar bastante ao Estado para demitir estaremos presenciando uma imposição legal, sem sabermos até quanto e quando irão os casuismos políticos, imputando ao servidor o encargo que é proveniente única e exclusivamente de sua má gestão, tanto na fiscalização de seus tributos quanto na má aplicação de seus recursos.

CILENE MACHADO PIRES
(30/04), Barra Mansa, RJ

Privatização

Lembrando de um pensamento, que me foi ensinado na adolescência, que contrasta com o atual comportamento da CNBB e outros setores: “Dai-me um clero santo, que te darei um povo fervoroso; dai-me um clero piedoso, que te darei um povo honesto.” O que os bispos entendem de economia, de empresa e negócios de Estado? Atribui-se a Napoleão Bonaparte a seguinte máxima: “Mais difícil do que se imagina é falar para muitas pessoas sem dizer nada.” A divulgação de certos documentos, cujos autores se autoprotelam defensores da ética e dos excluídos, eles próprios e seus arautos, tenta induzir o leitor desatento a erro, e sua vocalização fornece pistas que instigam este segmento para caminhos dos privilégios corporativos e desvios estatizantes e marxistas. Esta é a forma bizarra para marcar posição contra atos legítimos do Executivo, usando clichês surrados e com validade vendida. Como cristão, estou convencido que a função do clero é pastorear corretamente seu rebanho e não usar o hábito e o púlpito como bloco para tergiversar e fazer proselitismo político. O rebanho deseja ardentemente que seus pastores lhes direcionem para o caminho da fé e não do ferro... Só a obtusidade negra ou a má-fé cínica é capaz de negar os benefícios da privatização. De resto, a opinião pública está saturada dos que pregam a velha ladainha leiga em empresa e economia.

LUIZ ALBERTO DE SIQUEIRA CAVALCANTI
(27/04), RIO

Leitura

Acostumei-me a ver com admiração e uma ponta de inveja como nos países da Europa as pessoas, jovens ou velhas, carregam livros para serem lidos, sempre que possível, no metrô, no ônibus ou em qualquer lugar. Com isso alcançam vários objetivos: enriquecem sua cultura e nível de informação, gostam o prazer de uma boa leitura e passam o tempo de espera sem sentir. Lamentavelmente, esse hábito ainda não chegou ao Brasil, onde as pessoas (bem pouco) e as escolas e as famílias não incutem na garotada, desde cedo, o prazer da leitura. A falta de estímulo, gosto e hábito junta-se também o preço dos livros que é proibitivo e assusta quem se atreve a querer ler. Livros deveriam ter preço subsidiado e bibliotecas públicas deveriam funcionar em cada bairro. Seria muito bom se o Governo passasse a desenvolver um plano sério para mudar o status quo atual.

JOSÉ LUIZ PALMIR PAVIA
(2/05), Macaé, RJ

Palácio do Catete

Todas as manhãs, indo para o Centro, tenho a tristeza de constatar o estado deplorável em que se encontra o Palácio do Catete, local onde se desenvolveram grandes fatos da República. Não é concebível que um monumento histórico de tal valor, no qual houve adequada preocupação com o interior, encontrasse em tal abandono exterior: paredes grafitadas, cortinas sujas e rasgadas e muro lateral em lastimável estado de conservação.

MARIA LUIZA DE MONTEIRO MORAIS
(por e-mail, 2/04) RIO

Salário-mínimo

Sobre o artigo do sr. Claudio Constâncio a respeito do salário-mínimo, o que tento entender é como uma família que depende de tal salário consegue sobreviver no Brasil. Nas reportagens que tenho visto e lido é dito que pequena quantidade de trabalhadores o recebe, sem tirar os aposentados que não são poucos neste país. Gostaria de saber se o sr. Constâncio, que faz uma explanação altamente técnica e nela dá uma cotação na CUT, que se a Central Única dos Trabalhadores fosse a culpada de tudo, viveria com o tal salário, ele e sua família, se estivesse incluído no rol de brasileiros que recebem o vil e vergonhoso salário-mínimo.

JOSE PAULO DE RESENDE
(3/05), RIO

Respostas

Resposta a “Perguntas para a direita” (Leandro Konder, O GLOBO, 27/04): a instrução, a especialização e a dedicação vão estabelecendo diferenças entre os homens. Um banqueiro reuniu condições para exercer seu cargo, melhor que um trabalhador rural; um ministro de Estado se credenciou para a função, melhor que um faleado; um deputado apurou-se ao ponto de valer mais que um salário-mínimo; um índio não adaptaria aos rigores do ceremonial de um palácio presidencial; um honrado trabalhador do campo não se acimaria à prisão de uma sala refrigerada, assim como um filósofo-jornalista não aceitará remuneração de uma empregada doméstica. Essa é a história do mundo e dos homens e não serão os comunistas, com seu passadão de teorias e práticas desacreditadas e fracassadas, que irão modificá-la.

HELOÍSA CORRÊA MOURA
(28/04), São Lourenço, MG

Saúde pública

Em fins de setembro de 96, tivemos uma notícia terrível. Nossa filha, às vésperas de completar 5 anos, estava sofrendo de um tipo de câncer, conhecido como tumor de Wilms. Quando sua médica nos comunicou a situação, ficamos sem saber o que fazer. O bom Deus, então, mais uma vez manifestou sua generosidade e, por intermédio dos dois médicos, nos apontou o caminho enviando-nos ao Hospital do Câncer, do Instituto Nacional do Câncer (Inca) no Rio de Janeiro. Não sabíamos inicialmente que tipo de atendimento poderíamos encontrar, a essa altura da história de nosso país, num hospital público, onde militam servidores públicos, tão freqüentemente apontados como responsáveis pelas mazelas do Brasil. Fomos então testemunhas da existência de um padrão de atendimento sério e competente, não somente por parte dos médicos, como por parte dos demais profissionais que, apesar das dificuldades que enfrentam, jamais deixam de atender com carinho, dedicação e zelo, as crianças e aos adolescentes sob os seus cuidados.

DEISY OLIVEIRA GONÇALVES DA SILVA e
ARTHUR CAMARA CARDOSO
(3/05), Niterói, RJ

O GLOBO acolhe opiniões de seus leitores sobre todos os temas e acontecimentos. Reservando, no entanto, o direito de registrar alterações insustentáveis ou desconhecidas de documentação. Também não serão publicadas cartas de agradecimentos ou elogios de natureza pessoal. Devido às limitações de espaço, será publicada uma seleção das cartas enviadas, que enfrentam, jamais deixam de atender com carinho, dedicação e zelo, as crianças e aos adolescentes sob os seus cuidados.

Caleixa postal Redação 11066
Por e-mail: cartas@globo.com.br

CORREÇÃO

• Saíram trocadas, em parte da edição, as legendas das duas fotos da página 48 de domingo.

O GLOBO

| | | | |
|--|----------------|-----------------------------------|---------------------------------|
| EMPRESA JORNALÍSTICA BRASILEIRA LTDA • Rua Inês de Marinhão 35 • 20233-900 Rio de Janeiro • Fax (021) 534-5535 | | | |
| Vice Presidentes ROGÉRIO MARINHO • JOÃO ROBERTO MARINHO | | | |
| Diretor Geral • LUIZ EDUARDO VASCONCELOS | | | |
| Diretor de Redação • MERVAL PEREIRA | | | |
| Diretor Administrativo Financeiro • Arthur de Almeida | | | |
| Diretor de Mercado • José Padilha | | | |
| Diretor de Planejamento e RH • Antonio Carlos Contrado | | | |
| Diretor de Tecnologia • Paulo Novaes | | | |
| Conselho Consultivo • Francisco Grenell • Luiz Paulo J. Vasconcelos | | | |
| TELEFONES | | | |
| Gerente de Redação | (021) 534-5000 | Assinaturas | (021) 217-3000 / (0800) 218-433 |
| Classificados | (021) 534-5830 | Globofax / Pesquisa | (021) 534-5742 |
| Classifone | (021) 534-4333 | Agência O GLOBO | (021) 534-5742 |
| Publicidade | (021) 534-5500 | Publicidade dos Jornais de Bairro | (021) 292-3122 |
| DEFESA DO CONSUMIDOR • As queixas deverão ser enviadas por escrito para o endereço acima | | | |
| ATENDIMENTO VIA INTERNET (E-MAIL): assinatura@oglobo.com.br | | | |

